



ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa

16 ABR 2019

Protocolo: 068/19  
Processo: 068/19



RONDÔNIA  
Governo do Estado

Casa Civil - CASA CIVIL

MENSAGEM N. 57, DE 9 DE ABRIL DE 2019.

## EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 65, inciso III da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que “Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 2.204, de 18 de dezembro de 2009, que ‘Dispõe sobre a Lei Orgânica e Fixação do Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.’, e dá outras providências.”

Senhores Deputados, a presente propositura objetiva ajustar as estruturas dos Órgãos que compõem a Corporação Bombeiros Militar, conforme a necessidade das atividades a serem realizadas, com vistas a satisfazer o dever de eficiência e demais Princípios impostos à Administração Pública pela Constituição Federal.

Ademais, o Projeto de Lei em pauta pretende subsidiar o Comando da Corporação, fundamentando-se em critérios técnicos, para melhor estabelecer uma relação de subordinação direta do Comando e os Órgãos de Direção, que são vitais ao CBMRO na tomada de decisão direta, possibilitando, desse modo, atingir resultados de maneira mais célere para a Instituição.

Destaco, ainda, que o Corpo de Bombeiros Militar é uma Unidade Gestora com semiautonomia orçamentária, gerindo considerável orçamento anual do Estado, além de receber recursos provenientes do Governo Federal, por meio de projetos voltados ao seu reaparelhamento.

Assim, a matéria em questão permitirá o melhor funcionamento organizacional de Órgãos que estão hierarquicamente subordinados a outras Seções e trará uma nova dinâmica de gestão e oferta dos serviços prestados ao público interno e externo.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e consequentemente à pronta aprovação da mencionada Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS  
Governador

SECRETARIA ESPECIAL  
RECEBIDO  
11 ABR 2019  
09:00h  
Ellen Lopes



Documento assinado eletronicamente por Marcos José Rocha dos Santos, Governador (Assinatura Eletrônica) 09/04/2019, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](https://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=6136876&infr...), informando o código verificador 5355473 e o código CRC 9DEA616F.

**Referência:** Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0004.107540/2019-00





## Casa Civil - CASA CIVIL

### PROJETO DE LEI DE 9 DE ABRIL DE 2019.

Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 2.204, de 18 de dezembro de 2009, que “Dispõe sobre a Lei Orgânica e Fixação do Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.”, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. A Ementa da Lei nº 2.204, de 18 de dezembro de 2009, passa vigorar com a seguinte redação: “Dispõe sobre a Lei Orgânica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, e dá outras providências.”.

Art. 2º. Os dispositivos da Lei nº 2.204, de 18 de dezembro de 2009, passam a vigorar conforme segue:

“Art. 11. ....

.....

§ 6º. No caso do parágrafo anterior, o Comandante-Geral que não satisfizer as condições para passagem à reserva remunerada, permanecerá agregado ao respectivo Quadro e transferido ao Quadro Especial dos Militares do Estado de Rondônia, subordinado diretamente ao Comandante-Geral, exercendo função de assessoria no CBMRO ou em qualquer outro Órgão do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

.....

Art. 12-A. ....

.....

§ 3º. ....

I - Chefe;

II - Adjunto;

III - Seção Administrativa;

IV - Coordenadorias e Diretorias:

a) Coordenadoria de Pessoal;

b) Coordenadoria de Educação, Ensino e Instrução;

c) Coordenadoria de Atividades Técnicas;

d) Diretoria de Logística;

e) Diretoria de Comunicação Social; e



f) Diretoria de Informática.

Art. 16. A Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, subordinada ao Comandante-Geral, é responsável pelo planejamento, apoio administrativo, orçamentário e técnico-financeiro, bem como, executar, acompanhar e controlar as atividades inerentes a sua responsabilidade.

Art. 17. A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, subordinada ao Comandante-Geral, é o órgão que centraliza o Sistema Estadual de Defesa Civil de Rondônia e tem por finalidade estabelecer as normas e o exercício das atividades de integrar, planejar, organizar, coordenar e supervisionar as execuções das medidas preventivas, de socorro, assistência e recuperação, considerando os efeitos produzidos por fatores adversos de qualquer natureza e origens, nas situações de emergência ou estado de calamidade pública.

Art. 18. ....

VI -

h) Seção de Atividades Técnicas.

§ 2º. As Diretoria de Atividades Técnicas e/ou Seções de Atividades Técnicas que integram a Coordenadoria de Atividades Técnicas, de acordo com a necessidade do serviço e no atendimento de política de pessoal apresentada por órgão pertinente, com vistas a possibilitar maior eficiência, emprego e atuação do efetivo, poderão ser vinculadas aos Grupamentos de Bombeiros Militar e/ou Subgrupamento de Bombeiros Militar, por meio de ato administrativo do Comandante-Geral do CBMRO.

Art. 20. A Diretoria de Inteligência, subordinada ao Comandante-Geral, é responsável por desenvolver, planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as Atividades de Inteligência, tendo como competência primordial assessorar o Comandante-Geral na tomada de decisão.

Art. 40. O Grupamento de Busca e Salvamento de Bombeiro Militar, subordinado diretamente ao Comando Operacional de Bombeiro Militar é a Unidade que tem a seu cargo, dentro de uma determinada área de atuação operacional, as missões de resgate, busca e salvamento.”

Art. 3º. Passa a vigorar como § 1º, o parágrafo único do artigo 18 da Lei nº 2.204, de 18 de dezembro de 2009.

Art. 4º. Fica revogado o inciso VII do parágrafo único do artigo 18 da Lei nº 2.204, de 18 de dezembro de 2009.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 09/04/2019, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



5355675 e o código CRC 4A0F3F60.



---

Referência: Caso responda este Projeto de Lei, indicar expressamente o Processo nº 0004.107540/2019-00

SEI nº 5355675